

**¡CON LA UNIDAD POPULAR, AHORA SOMOS GOBIERNO!  
DISPUTAS POLÍTICAS E VIVÊNCIAS SOCIAIS NA ORGANIZAÇÃO DOS  
CORDONES INDUSTRIALES**

Elisa de Campos Borges<sup>1</sup>  
[elisaanpg@gmail.com](mailto:elisaanpg@gmail.com)

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo, discutir a formação dos Cordones Industriales articulando-o com a trajetória do movimento sindical chileno e com as novas possibilidades proporcionadas pelo governo da UP, ao trazer o tema da produção e da participação popular como eixos estruturantes do seu projeto de transformação socialista.

Palavras Chave: Unidade Popular, Cordones Industriales, Experiência Sindical.

Résumé

Cette étude a pour objectif discuter la formation des "Cordones Industriales", mouvement syndical du Chili, nouvelle possibilité politique proportionnée par le gouvernement de la "UP". A partir de la conjonction politique-syndicale, on étudie aussi des sujets concernant à la production et à la participation populaire, axes du projet de la transformation socialiste.

Mots Clés: Unité Populaire, Cordones Industriales, Expérience Syndicale.

A eleição do socialista Salvador Allende, em 1970, para presidência do Chile, significou a vitória inicial de um projeto que propunha abrir caminho para implantação do socialismo no país. Era o projeto da “via chilena ao socialismo”, que foi formulada a partir de

---

<sup>1</sup> Doutoranda em História Social na Universidade Federal Fluminense, bolsista CAPES.

discussões sobre as características sócio-econômicas chilena e das experiências políticas vividas pela esquerda. Para as classes mais baixas, a vitória eleitoral da Unidade Popular representou a expectativa de uma sociedade mais igualitária. Ao mesmo tempo, ocasionou a radicalização de todos os setores sociais em ações pró ou contra o novo governo.

Para os movimentos populares pró-governo, a eleição significou uma mudança de perfil em sua atuação. Como afirmou Luis Figueroa, presidente da Central Única dos Trabalhadores, os movimentos populares nasceram do enfrentamento entre a classe trabalhadora e a burguesia. Passaram anos se opondo às políticas estatais que pouco ofereciam aos trabalhadores, e, agora se viam diante do desafio de atuarem num marco de grande identificação com as propostas e ações do governo popular, porém sem perder a independência enquanto movimento popular. Essa nova situação vivenciada pelos movimentos populares produziu dificuldades e novas experiências no meio sindical, que, aos olhos de seus filiados, não poderia apenas se tornar um canal de reprodução das políticas governamentais.

Ao mesmo tempo, o governo também enfrentava outro tipo de ambigüidade expressa no modo em como lidar com os movimentos populares naquele momento histórico. O governo popular tinha dificuldade de se colocar diante das mobilizações que ultrapassavam as ações governamentais, como por exemplo, as ocupações de indústrias com propósito acelerar ou incluí-las no projeto de nacionalização. Em diversos momentos, denominavam ações deste tipo meramente como expressão de movimentos ultra-esquerdista.

Essa relação entre movimento operário e governo esteve pautada, durante todo o período, por disputas entre os próprios partidos políticos de esquerda e movimentos da época que, utilizavam suas participações nas entidades populares para aplicar suas posições políticas, e, sobretudo, pautar com a sociedade, os rumos que o governo deveria tomar. Em determinados momentos essa disputa se traduziu em duas consignas: “consolidar para avançar” defendidas principalmente pelo Partido Comunista e Allende ou “avançar para consolidar” defendida por setores do Partido Socialista.

O programa político da Unidade Popular apresentava dois pontos fundamentais: o desenvolvimento da chamada Área de Propriedade Social (área nacionalizada da economia) e a transferência da base do poder do Estado para o “povo”, denominado então de Poder Popular<sup>2</sup>. Defendiam que a organização de uma nova base econômica só poderia ser possível junto ao deslocamento do poder político para a classe trabalhadora em conjunto com

---

<sup>2</sup> Programa da Unidade Popular, pg. 13.

campesinos e setores progressistas das classes médias. Diziam, “*as transformaciones revolucionarias que el país necesita sólo podrán realizarse si el pueblo chileno toma en sus manos el poder y lo ejerce real y efectivamente.*”

Entretanto, a prioridade estabelecida pelo governo foi o processo de nacionalização de setores estratégicos da economia chilena, como forma de enfraquecer o poder político das oligarquias chilenas, assim como diminuir a dependência externa principalmente no setor de minérios, dominado por empresas norte-americanas. Assim, se as experiências anteriores de transição ao socialismo foram iniciadas a partir da conquista do poder político, a interpretação, no caso específico do país, assinalava que sem controlar o poder econômico era quase impossível almejar o poder político.

Na prática, esta estratégia transformou os meios de produção e a ação dos trabalhadores nos dois núcleos centrais das ações da UP. Essa opção colocou em relevo a importância da atuação dos trabalhadores no processo, uma vez que teriam a responsabilidade de conduzir cotidianamente o processo produtivo para cumprir as metas estabelecidas pelo governo, em conjunto com representantes da classe trabalhadora.

Portanto, a APS seria a grande área modernizadora da economia e tornou-se um dos consensos gerais programáticos entre os partidos que compunham a Unidade Popular. As divergências se apresentavam principalmente em relação à escolha das empresas e ao ritmo do processo de nacionalização. A APS transformou-se, portanto, no eixo sustentador da “via chilena” e possibilitaria, segundo a UP: criar novas bases para um novo modelo de desenvolvimento, orientado para o interesse da grande maioria do país, isolando setores corporativistas estrangeiros e nacionais; examinar o desempenho dos trabalhadores enquanto protagonistas no processo produtivo, possibilitando uma espécie de experimento para a implementação da “nova democracia”; ter maior controle social da produção de bens essenciais para o país; reduzir a dependência externa; reorganizar a estratégia de desenvolvimento econômico uma vez que o Estado teria controle do excedente produtivo, o que, possibilitaria adotar medidas de redistribuição social.

Para que a APS se tornasse essa grande área impulsora das políticas do Estado, Allende necessitava do amplo apoio dos trabalhadores para que pudessem aumentar e otimizar substancialmente a produção. Salvador Allende defendia a necessidade de organizar os trabalhadores em torno de entidades dos movimentos populares, no caso dos trabalhadores, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), conduzida historicamente por militantes do partido comunista e socialista.

Desta maneira, desde o início do governo, uma das principais discussões realizadas entre os partidos políticos que participavam da UP e entre o próprio movimento popular era como instituir formas de participação dos sujeitos sociais nas estruturas do Estado. Fundamentalmente, era necessário criar espaços diretos de participação que envolvesse os sindicatos e os trabalhadores nas responsabilidades do processo produtivo. Portanto, o operariado e sua força de trabalho eram componentes fundamentais para o governo.

O próprio presidente Allende reafirmava que o futuro da revolução chilena estava nas mãos dos trabalhadores, e, portanto o período requeria maior consciência dos trabalhadores (QUIROGA, 1989,p.61). Os tempos haviam mudado. Se, no passado, paralisavam a produção para reivindicar melhorias através principalmente de greves, neste governo, os trabalhadores *eram governo* e, portanto, teriam que assumir as responsabilidades que implica em *ser governo*. Ou seja, precisavam ter a consciência que, do resultado do seu trabalho dependia parte do êxito do governo, e que, portanto, todos deveriam assumir a postura de lealdade ao processo, adotando as orientações governamentais para o setor produtivo. Nota-se, portanto, a importância da sintonia entre governo-trabalhador- sindicato- empresa.

Esta postura de Allende de identificar governo-trabalhador, também respalda a decisão do governo em envolver a Central Única dos Trabalhadores, desde o primeiro momento no processo político. Isso significava dar à entidade classista historicamente reconhecida pelos trabalhadores e partidos políticos, a coordenação de um dos principais processos políticos já vistos no país. Por outro lado, afastava sob todas as circunstâncias o discurso de décadas construído pelo movimento sindical da necessidade de manutenção da autonomia sindical frente às ações do Estado, ou seja, nestes primeiros momentos do governo Allende já existe uma modificação importante na cultura sindical chilena. Nas comemorações do Dia do Trabalho, Allende afirma: “*una parte del gobierno está en manos de los trabajadores a través de los partidos populares y de la Central Única, que representa a todos los niveles de la organización sindical...*” (QUIROGA, 1989,p.66).

Portanto, inicia-se uma parceria entre governo e Central justificada pela importância do processo vivido no país, de um governo de esquerda que representava as reivindicações históricas dos trabalhadores chilenos. Essas atuações conjuntas se expressavam em discussões sobre as políticas a serem implementadas no governo, na participação dos trabalhadores nas indústrias, e, sobretudo, na mobilização permanente do operariado em defesa do governo. Há, portanto, uma aderência da CUT às ações governamentais, respaldando a linha política hegemônica da UP.

A primeira grande dificuldade do governo foi estabelecer um ritmo para as mudanças econômicas e, principalmente, para o processo de nacionalização. A maioria das empresas nacionalizadas melhorou substancialmente suas instalações adequando-as para as necessidades dos trabalhadores (construção de refeitórios, creches, centros médicos etc), ao mesmo tempo em que fortaleciam o papel dos sindicatos e implantavam formas de discussão e participação nas decisões da empresa. Essas questões geraram uma expectativa imensa por parte dos trabalhadores que, por sua vez, passaram a multiplicar as ocupações para pressionar ao governo nacionalizar todas as empresas que estivessem sob domínio dos trabalhadores. Essa prática foi muito estimulada por setores mais a “esquerda” do Partido Socialista, pelo Movimiento de Acción Popular Unificada (MAPU) e Movimiento de Izquierda Revolucionária (MIR).

Segundo Patrício Palma,<sup>3</sup> que cumpriu um papel político importante dentro do Ministério da Economia do governo Allende e era membro do Comitê Central do PC, uma das maiores dificuldades enfrentadas foi saber medir as expectativas dos trabalhadores e os limites do processo:

*“... eso fue uno de los grandes problemas precisamente, ponerle limites a esos procesos. Entonces claro, ahí se produce una tensión, una contradicción, porque el proceso no podía ir tan rápido, sino resolvias algunos problemas políticos. Entonces había que ir a explicarles a los trabajadores, a veces claro, había una discusión con ellos y ellos decían: ‘por qué los del lado si y nosotros no.’ Y tenían toda la razón, pero también teníamos razón nosotros para decirles: ‘es que no se puede ir más rápido que aquello que las fuerzas disponibles en el país permiten, porque eso significaba crearse una frontera de adversários, que ponía en riesgo eso y lo otro también’. Entonces ese era un problema muy difícil de resolver, el interés particular con el interés colectivo, a veces se produce ese conflicto, no siempre era posible resolverlo bien”*

Portanto, era necessário organizar os trabalhadores para que eles pudessem se integrar e respeitar os limites da UP. Para tal, a principal forma seria promovendo a participação popular, ou seja, era organizar uma base política importante no qual o governo deveria se apoiar. Neste sentido, este debate acabou por expressar a discussão sobre a instituição do Poder Popular no país. Não era portanto, apenas um debate sobre a organização dos trabalhadores no sistema produtivo, ou da própria estrutura do movimento sindical, mas

---

<sup>3</sup> Patrício Palma era filiado ao Partido Comunista e diretor do Departamento de Industria e Comércio do Ministério da Economia. Entrevista realizada em 11 de novembro de 2009.

sobretudo, como novas formas de atuar poderiam impulsionar a transição ao socialismo. Ou seja, quais seriam os caminhos para a “revolução chilena” e qual o papel os trabalhadores deveriam exercer?

Mas o que de fato significava *Poder Popular* e quais as diferenças entre o conceito empregado entre os partidos políticos? De maneira sucinta apresentaremos eixos da discussão entre Allende, PC, PS e MIR.

O programa da UP entendia como poder popular a base da organização dos trabalhadores e do povo sob a premissa da participação organizada e de uma nova referência de democracia. Esta, por sua vez, se expressaria pela instituição do Estado Popular: uma organização única do Estado, estruturada a nível nacional, regional e local que teria a Assembléia do Povo como órgão superior de poder. A esses organismos locais e regionais integrariam as organizações sociais com atribuições específicas, e, deveriam ter plena independência e autonomia em relação às organizações.

Segundo o programa:

*“A través de un proceso de democratización en todos los niveles y de una movilización organizada de las masas se construirá desde la base la nueva estructura del poder. Una nueva Constitución Política institucionalizará la incorporación masiva del pueblo al poder estatal..La Asamblea del Pueblo será la Cámara Unica popular. En ella confluirán y se manifestarán las diversas corrientes de opinión..”*<sup>4</sup>

Para Salvador Allende o poder popular significava:

*“consolidar y ampliar el poder popular supone vitalizar los partidos populares, sobre la base de hacer efectiva la unidad, para mantener un diálogo ideológico, polémico, crítico, pero con lealtad y no mirando la parcela partidaria, sino la gran responsabilidad común que enfrentamos... Consolidar el poder popular equivale a volver más potentes los sindicatos, volviéndolos conscientes de que constituyen uno de los pilares fundamentales del gobierno. Queremos que cada trabajador comprenda que la teoría revolucionaria establece que no se destruye absoluta y totalmente un régimen o un sistema para construir otro; se toma lo positivo para superarlo, para utilizar esas conquistas y ampliarlas. Es conveniente que eso se entienda y se adentre en la conciencia de cada uno de ustedes.”* (QUIROGA, 1989, pgs. 66 e 67)

---

<sup>4</sup> Programa de la UP, pg. 14 e 16, 1969.

Portanto, a visão de Salvador Allende é institucionalizada, e significava que, em hipótese alguma, um outro tipo de poder distinto ao que propunha o governo popular, pudesse se sobrepor aquelas representações reconhecidas por seu governo. O poder popular estava ligado ao fortalecimento do papel dos trabalhadores e, sobretudo, da entidade que congregava a unidade da classe, no caso a CUT.

Para o PC, e sua linha política gradualista, o poder popular expressava a participação das massas em organizações já constituídas historicamente, para atuarem em defesa e em colaboração com o governo Allende. Segundo o presidente do PC, Luis Corvalán, o poder popular deveria ser *“formado por representantes de todas las organizaciones de masas que quieren adherir a ellos... en colaboración con las autoridades de Gobierno con vistas a la solución de problemas que interesan a toda la población”*.<sup>5</sup> Portanto, o poder popular, apesar do seu caráter de massa, estava diretamente ligado à representatividade das organizações existentes e à sua adesão ao governo. O PC se afastava de qualquer discurso ou prática de utilizar tais organizações para sobrepor ao governo ou criar outras instâncias, como nova forma de poder. É notável que a ação prioritária do PC sempre esteve ligada ao fortalecimento da Central Única dos Trabalhadores, já que, em sua concepção, o operariado era o centro da revolução chilena. Com a difusão das Juntas de Abastecimiento y Precios, o PC passa a utilizá-la como espécie de exemplo argumentativo do poder popular, ou seja, uma organização de participação popular que excedia a atuação dos partidos e, ao mesmo tempo, desenvolviam e ampliavam as ações do governo. O importante era que, o poder popular pudesse apoiar o processo em andamento, mas ao mesmo tempo, ser controlado para não promover ou estimular rompimentos à política do governo. Essa era a questão fundamental para o PC.

Para o MIR, de modo geral, o processo revolucionário chileno passava pela teoria leninista da dualidade de poderes, conceituando, inclusive, o processo vivenciado como um estágio pré-revolucionário, no qual, vivia-se uma crise profunda da classe dominante ao mesmo tempo em que os movimentos populares aumentavam sua relevância. Criar o poder popular significava a organização “autônoma” das massas populares, a partir de novos órgãos de poder, como os Comandos Comunales que uniam os “pobres do campo e da cidade”. O povo assumiria novas tarefas impondo ao governo um caminho, resistindo às concessões reformistas e instituindo um governo dos trabalhadores. Assim, o Poder Popular deveria ser

---

<sup>5</sup> El Siglo, 8 de fevereiro de 1973.

concebido como algo alternativo ao governo da UP: *“el desarrollo y fortalecimiento de un poder popular alternativo a partir de los Comandos Comunales, y la lucha por imponer un verdadero gobierno de los trabajadores, constituyen el único camino revolucionario y posible para los trabajadores.”* (NARANJO,2004,p.215).

Para setores do Partido Socialista ligado a Carlos Altamirano, o Poder Popular seria uma espécie de “gérmen” de poder emanado do povo, e teria sua origem a partir da criação ou articulação de organismos de apoio ao Governo Popular, que deveriam ganhar autonomia, ampliar objetivos e tomar consciência das suas possibilidades até tornarem-se poder real. Estavam representados neste conceito os Cordones Industriales, os Comandos Comunales, Conselhos Camponeses, Juntas de Abastecimento e Preço, Comitês de Proteção, Comitês de Vigilância, etc. Assim, segundo o próprio documento aprovado no Plenário de Algarrobo em fevereiro de 1972, o poder popular não seria instituído por um ato supremo de governo, mas a partir da atuação das massas no decorrer da luta de classes (ALTAMIRANO,1979, pgs.101-102). As reformas que resultassem da ação das massas teriam potencialidade revolucionária, enquanto as superestruturais tendia a deformar o processo revolucionário tornando o governo reformista, burocrático e paternalista. Portanto, rompia com todos os preceitos da proposta da UP para o processo.

Essas diferenças de conceituação do poder popular refletem também as diferenças políticas entre os dois principais partidos da Unidade Popular. Fato que, Allende, pronunciava como gravíssimo, uma vez que, explicitava as divergências na condução dos movimentos populares e na base do governo.

Uma vez nomeadas as diferenças entre o papel dos setores populares, possibilita compreender que o debate sobre a instituição do sistema de participação nas indústrias tornou-se reflexo dessas diferenças táticas. Entretanto, os entendimentos institucionalistas de Allende e do Partido Comunista se sobrepuseram às demais visões dentro da coalizão, impulsionando a plena integração entre governo e CUT para controle do processo.

O primeiro grande resultado dessa parceria foi a assinatura do documento, “Las normas básicas de Participación de los Trabajadores en las Empresas del Area Social y Mixta”, em maio de 1971, que estabeleceu as normas para organização do sistema de participação, no qual cada indústria deveria discutir sua implantação. Esse fato é de extrema importância para a história do movimento sindical chileno, pois representou a vitória de uma das principais bandeiras da CUT, desde a sua fundação em 1953.

O documento, por sua vez, reafirmava a tese da Unidade Popular que, designava à participação da classe trabalhadora organizada, como principal fator que permitiria a



consolidação das transformações econômicas e estruturais necessárias à transição ao socialismo. Segundo o documento, a participação dos trabalhadores se daria em dois níveis: a) na planificação econômica nacional, regional e setorial; b) na direção das empresas da área social e mista. No primeiro nível, a participação envolvia os representantes sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federações e Confederações nos organismos superiores de planificação para discussão do plano geral para área nacionalizada. O segundo nível de participação correspondia à atuação direta dos trabalhadores no sistema produtivo do país através da elaboração, em cada indústria, de um plano de produção a ser executado. Segundo o documento, esta forma de participação iria “*consolidar una firme base económica y social que permitirá abrir el camino hacia la implantación del socialismo*”<sup>6</sup>.

O sistema de participação proposto pelo Governo e pela CUT tentava, pelo menos em tese, preservar a autonomia do movimento sindical tanto em relação à atuação dos trabalhadores nestes organismos, quanto em relação à administração da fábrica. Entretanto, a realidade demonstrou que, partidos políticos e militantes do movimento sindical se envolveram diretamente na eleição dos representantes para atuarem no sistema de representação. É dizer, que a importância do sistema de participação na indústria, acirrou as disputas políticas internas que, geralmente refletiam a correlação de forças do movimento sindical local. Neste sentido, observamos que a tradição sindical chilena era tão enraizada, que, qualquer atuação dentro do espaço de trabalho significaria a atuação direta do movimento sindical.

A partir de outubro de 1972, com o paro patronal<sup>7</sup>, uma nova forma de atuação dos trabalhadores se destacou.

As forças de esquerda ligada a UP tinham clareza da necessidade de reagir conjuntamente contra ofensiva patronal, superando, momentaneamente, suas divergências internas. Recorreram à iniciativa de massas e à disciplina militante que lhes eram característica. Allende, partidos que compunham a UP e a CUT, através de pronunciamentos públicos, convocaram aos técnicos, profissionais, motoristas e trabalhadores em geral, a se organizarem e assumirem as atividades paralisadas em função da greve. Esses setores

---

<sup>6</sup> Normas Básicas de participación de los trabajadores en las empresas de las áreas social y mixta. Mayo de 1971, pg.2.

<sup>7</sup> O paro Patronal ou greve de outubro, iniciou a partir de uma greve de caminhoneiros, com apoio do PN, DC e governo norte-americano, que se transformou em uma grande paralisação de todos os setores descontentes com governo popular. Resultado da greve houve, em um primeiro momento, uma paralisação quase integral das atividades produtivas, principalmente no que tangia à distribuição. Esse processo revelou a capacidade dos setores patronais, da classe média e da esquerda política de mobilizarem suas bases.

tomaram para si o papel de conduzir o processo produtivo nas indústrias, no transporte e na distribuição das mercadorias diretamente à população.<sup>8</sup>

O paro de outubro colocou em evidência novos fatores: a mobilização organizada e em grande número da direita, mas, sobretudo a solidariedade dos setores populares com o processo. A disposição em criar novos mecanismos de ajuda mútua, envolvendo diversos setores da sociedade, superou qualquer prognóstico dos partidos de esquerda. Destaca-se a troca de produtos, matéria primas e mão de obra especializada entre as indústrias, organização uma rede de comércio direto com a população, sistema de transporte alternativo e instalação massiva dos Comitês de Vigilância.

Segundo a revista *Mayoría*<sup>9</sup> a resposta popular não só significou a solidariedade entre diversos setores da sociedade como trabalhadores, estudantes, camponeses etc, mas representou atitudes concretas por parte dos trabalhadores das indústrias em estabelecerem canais alternativos de organização, distribuição e venda dos produtos.

Segundo Tomás Moulian (MOULIAN, 2006, pg.267), o paro de outubro proporcionou o desenvolvimento da democracia de massas, ou seja, as lutas no interior da esquerda e com a direita possibilitaram que os trabalhadores fossem tomando consciência do processo e, portanto, assumindo e definindo assim, sua identidade de classe. Durante a UP, afirma, Chile viveu uma “paixão cívica”. O fenômeno do povo militante tinha a ver com a experiência da democracia de massas, de discussão e decisão em espaços de convivência coletiva, por exemplo, nos bairros, na indústria e, por isso, de alguma forma se sentiram participantes do processo de decisões. A política havia deixado o campo dos dirigentes para envolver todos os trabalhadores. Não havia como se manter neutro num processo tão polarizado.

A imprensa da época relatava os diversos casos existentes de protagonismo da classe trabalhadora para defender o “seu governo”. Podemos citar parte do relato de um trabalhador da empresa MADECO:

*“Aquí está todo el mundo en pie de lucha contra el paro momio. Hemos redoblado la producción asegurando abastecimiento de materias primas. La Asamblea General de trabajadores resolvió crear tres turnos de vigilancia y se encuentra permanentemente informada del curso de la situación para actuar en consecuencia. Se organizaron grupos de 30 compañeros para tareas de carga y descarga en donde sea, además de la protección industrial. Hicimos una lista de 75*

---

<sup>8</sup> Depois de finalizada a greve, essa mesma mobilização seria utilizada como fator de pressão contra a devolução de empresas ocupadas aos seus donos.

<sup>9</sup> *Mayoría*, nº53, 18 a 24 de outubro de 1972.

*choferes, mecánicos y carpinteros nuestros a disposición del Gobierno para labores de carrozado de camiones donde haga falta.”<sup>10</sup>*

Segundo Hugo Cancino (TRANCOSO, 1988, pg.300): a greve de outubro possibilitou a distinção de duas formas de participação popular, a) uma no nível institucional, através da CUT, que coordenou em conjunto com os ministérios e organismos governamentais, a mobilização para as tarefas de transporte, distribuição e abastecimento; b) outra no nível extra-institucional que extrapolavam os organismos sindicais e governamentais, gerando novas organizações de base que articularam, organizaram e programaram atividades dos operários.

Neste período observamos uma maior integração política e atuação entre as indústrias de uma mesma localidade, com intuito de tornar mais eficiente o método de produção e distribuição. Esse processo inaugurou uma nova forma de organização dos trabalhadores das indústrias, que envolvia a solidariedade dos trabalhadores e sindicatos de uma região.<sup>11</sup>

É neste contexto que se desenvolveram os *Cordones Industriales*, que também assumem o controle e a continuidade do processo produtivo no período do *paro patronal*. Os Cordones se caracterizavam pela articulação política e pela adoção de práticas conjuntas entre sindicatos e trabalhadores de indústrias localizadas em uma mesma região. O desenvolvimento dessas organizações foi fruto não somente da conjuntura da crise de outubro, mas da experiência da classe em atuar no movimento sindical, do estímulo à participação desenvolvida durante esse processo, da atuação direta de sindicatos, e, posteriormente, da estratégia principalmente do Partido Socialista para o movimento operário.

Ressaltamos que, anterior ao governo Allende, já havia uma concentração de indústrias em determinadas regiões de Santiago, principalmente próximas à saída da cidade para facilitar o escoamento da produção para outras localidades do país. A novidade no conceito *Cordón Industrial* está no fato de, a partir de outubro de 1972, haver uma coordenação política integrando os trabalhadores das diversas indústrias que compunha um Cordón.

Essa nova experiência abriu discussões, no interior da esquerda chilena sobre a possibilidade de implantação de mudanças na forma de estruturação do movimento sindical, principalmente por setores críticos à direção da CUT.

---

<sup>10</sup> Mayoría, nº53, 18 a 24 de outubro de 1972.

<sup>11</sup> É importante citar que o movimento sindical chileno historicamente se organizou não por territorialidade, mas por atividade de produção.

Um setor do Partido Socialista defensor da consigna “avanzar sin trazar” aproveitou essas novas formas de atuação, inaugurada em outubro de 1972, para estruturá-lo organicamente e configurá-lo como um possível embrião de um novo poder, portanto, utilizando-o como instrumento da aplicação de sua linha política. Assim, esses setores mais radicalizados da esquerda, passaram a estimular a atuação dos seus militantes para conduzirem esse processo nas indústrias, através dos sindicatos e trabalhadores que pertenciam aos Cordones Industriales, criticando veemente a postura da CUT.

A configuração política de atuação prioritária geral dos partidos para os movimentos populares neste contexto se dividia claramente em três pólos: os socialistas eram os que mais participavam e impulsionavam os Cordones Industriales, enquanto o MIR se dedicava aos Comandos Comunales e os comunistas se concentravam na CUT, e, posteriormente nas Juntas de Abastecimiento y Precios (JAP).

O documento de declaração da *Coordinadora dos Cordones Industriales* organizada em 1973 esclarece seus princípios organizativos e se posiciona favorável ao governo, afastando qualquer teoria de organismo paralelo: autodenominaram-se organismos amplos da classe que agrupava e organizava os trabalhadores, independente da filiação partidária; eram complementários do governo popular e revitalizadores das organizações da classe operária; reafirmaram que a condução política deveria ser dada pelos partidos políticos que “*asuman el papel de vanguardia en la lucha misma y en el seno de la clase obrera*”. A estratégia dos Cordones, portanto, implicava em aprofundar as políticas propostas pela UP com vistas à implantação da democracia proletária. E, ao mesmo tempo, se posiciona como “revitalizadores” das organizações sindicais em uma referência crítica à CUT.

Desta maneira, a condução política dos Cordones não poderia ser vista como algo “autônomo” e nem propriamente como forma de recuperação da autonomia da classe no movimento operário, ou na própria relação com o Estado, uma vez que sua política está intrinsecamente ligada às ações do PS e ao MIR, através dos sindicatos que participavam nas indústrias. Essas novas formas de atuação iniciam-se como uma resposta ao paro patronal de forma única na história chilena, mas logo após esse período inicial, passam a integrar as estratégias políticas dos partidos de esquerda e movimentos populares que divergiam da linha política conciliadora do governo, através fundamentalmente dos sindicatos. Como corrobora Aldo Aguillar: “*el rol principal lo tenían los sindicatos indudablemente. Ahora los sindicatos*

*y la masa a través de sus sindicatos, no olvidemos que la gente representó a su sindicato. Era el sindicato el organismo reconocido por la base.”*<sup>12</sup>

Em entrevista à autora, Mario Olivares descreve a intensa atuação dos partidos no processo assim como os próprios sindicatos:

*“aquí participaban los sindicatos y partidos políticos, cuando se constituye no participava el PC... en el Cordón industrial Vicuña Mackenna se constituye... con esa perspectiva de ir generando para una lucha superior estos embriones de poder local y en todos los términos incluso de defensa militar. Participan todos los partidos y sindicatos con sus dirigentes que estábamos en esta postura y nos reuníamos las veces que fuesen necesarias, en una sede sindical, donde se iban definiendo las políticas, el accionar del momento. Esta instancia de conducción del Cordón no se vivía en las industrias, sino que en esa instancia en que nos juntábamos y si tu lo ves puramente, no era muy democrático, porque en un momento convenimos que había una rotación de la presidencia del Cordón pró partido: este mes el MIR, este mes el PS, MAPU... en esas instancias en que nos reuníamos se tomaban las decisiones con mucha intervención de los partidos.”*<sup>13</sup>

Neste sentido, os Cordones não eram somente uma expressão da lógica partidária, mas principalmente sindical. A experiência dos trabalhadores chilenos no movimento popular se expressa historicamente nas organizações sindicais, e, seria quase a negação deste processo, pensar a organização dos Cordones apenas como traço das disputas partidárias. Mesmo que, conforme apresenta Allan Angell (ANGEL,1972, p.215), o movimento sindical chileno caracteriza-se em sua essência pela intensa ligação entre partido e movimento, existe aqui uma relação recíproca que permitem que os dois pólos sofram influência de seus principais expoentes: o partido e o conjunto dos trabalhadores.

Segundo Cancino (TRANCOSO, 1988, pg. 336), no primeiro semestre de 1973, os Cordones começaram a adotar um modelo orgânico comum, com variáveis locais, que englobava: a) Assembléia de Trabalhadores de cada indústria ou empresa por Cordón que elegeria de 2 a 3 representantes para o seu Conselho e, não necessitava ser representante sindical, favorecendo a participação do trabalhador “comum”; b) Conselho de delegados do Cordón; c) Direção do Cordón Industrial que eram escolhidos por eleição no Conselho de

---

<sup>12</sup> Aldo Aguillar era mirista, trabalhador no Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada 4 de novembro de 2009.

<sup>13</sup> Mario Olivares Rios era mirista, trabalhador da empresa de móveis Histon Chile. Entrevista realizada em 10 de novembro de 2009.

Delegados. A Direção englobava presidente e Secretarias de organização, agitação e propaganda, defesa, cultura e imprensa.

Não há um consenso sobre o funcionamento interno dos Cordones Industriales, principalmente pelas poucas fontes existentes, e por sua maioria se constituir em relatos de antigos participantes que possuem evidentes contradições entre si. Entretanto, geralmente o processo interno era caracterizado por reuniões de dirigentes dos Cordones (que em alguns casos eram eleitos em assembléia da indústria, em outros eram indicados pelos sindicatos ou partidos políticos) que tomavam as principais decisões e então voltavam à fábrica para informar aos trabalhadores quais as ações deveriam ser encaminhadas de acordo com a reunião. Alguns participantes da época, afirmavam que, essa relação entre trabalhadores e direção do Cordón era relativamente autônoma, pois havia uma posição de confiança entre base e líderes, e por isso, não havia maiores conflitos. Entretanto, as discussões realizadas nos Cordones eram em grande maioria discussões sobre a conjuntura política e processos de solidariedade com trabalhadores que estavam ocupando indústrias, e pouco sobre o processo produtivo em geral ou mesmo questões econômicas, como aumentos de salários, previdência, que historicamente, eram as pautas que mais mobilizavam aos trabalhadores. Essas discussões ficavam a cargo do sindicato.

Assim, não havia uma única forma para eleição da direção do cordón, as reuniões aconteciam de acordo com a demanda sem um calendário ou pauta anteriormente decidida, etc. Geralmente respeitava-se a correlação de forças partidárias dentro da indústria, ou seja, o partido que tivesse maioria de representantes no sindicato, teria maioria de delegados. E, como afirmou um trabalhador dos Cordones, os representantes eram “*militanes probados, cuadros políticos probados*”<sup>14</sup>. A exceção a essa sistemática era o Partido Comunista, que, apesar de ter importante representatividade no meio operário, não participou de forma organizada dos Cordones até meados de julho de 1973, por achar que se tratava de um movimento realizado para enfraquecer a CUT.

Neste sentido, as mudanças substanciais inauguradas por este movimento, estão na maneira de organização, não mais por *rama de producción*, mas por território, nas ações de solidariedade entre trabalhadores de uma empresa de um mesmo território, e nos objetivos políticos dos Cordones Industriales:

---

<sup>14</sup> Hugo Valenzuela, militante do PS e trabalhador da empresa Sumar, Cordón San Joaquin. Entrevista realizada 24 de setembro de 2009.

*“... a través de la CUT que hacías un paro! Hacías una huelga, una huelga legal! Autorizada por el estado para que tu hicieras una huelga, y por lo tanto, el Estado te nombraba un veedor, un funcionario destacable para que estuvieran ahí supervisando la huelga.... Acá, aunque no estuviera todo mundo, pero si organizaba en términos de solidaridad con la gente que trabajaba en un mismo sector y esta solidaridad te llevaba a no solo hacer una huelga, sino que a tomarte la calle. O sea, este proyecto plantea una respuesta más subversiva, pero al mismo tiempo, está pensando en cosas mayores, que es la coordinación de todo el mundo social, no solo a la producción sino que al debate y a ir pensando, en la cultura yo diría, no en formas de vidas distintas. Yo diría que eso es como distinto a lo oficial, lo oficial era más reivindicativo no más, pero acá se está pensando en cambiar las formas de vida de la población.”<sup>15</sup>*

Em novembro de 1972, o governo Allende convida generais das Forças Armadas a integrarem ao governo, em conjunto com os dois principais representantes da CUT, no chamado GabineteUP-FFAA. Este momento marca definitivamente a adesão da central à política da UP, sobretudo pelo fato de seus representantes não se licenciarem dos seus respectivos cargos na entidade, exercendo desta maneira a dupla representatividade. Setores à esquerda do PS teceram críticas e reforçaram a orientação de suas direções sindicais a participarem dos Cordones Industriales.

A atuação dos Cordones, após o paro de outubro, está diretamente ligada à ação política do Partido Socialista. As críticas direcionadas à CUT eram uma forma de delimitação política contra a linha política do Partido Comunista, uma vez que os Cordones não pareciam querer substituir ou torna-se uma nova organização sindical. Nem mesmo o PS teria condições políticas para defender o fim da unidade sindical, tema historicamente importante para a esquerda chilena, principalmente frente às diversas ameaças de divisão da entidade por parte da Democracia Cristã, desde sua fundação. De fato, para este novo momento, era realmente necessária a reformulação, conjuntamente com os sindicatos, da atuação e da organização da Central.

Em 18 de fevereiro de 1973, uma declaração dos Cordones Industriales frente à área social publicada no jornal *Tarea Urgente*, que se denomina como “órgão de imprensa dos Cordones”, apresenta três orientações chaves para a mobilização dos trabalhadores, numa evidente intercessão entre as orientações políticas do Partido Socialista e MIR: construir os comandos comunales e cordones industriales germen do poder popular alternativo, impedir a

---

<sup>15</sup>José Moya Paiva, militante do MIR e operário da empresa IRT, Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada em 14 de outubro de 2009.

devolução das indústrias ocupadas e respaldar a unidade dos revolucionários que querem *avanzar sin trazar* para constituição do socialismo.

Mesmo com a evidente atuação do PS, houve um importante protagonismo popular nesses organismos, uma vez que a grande maioria dos seus participantes não era filiada a partidos políticos. Aliás, seu desenvolvimento sempre esteve diretamente relacionado à conjuntura política de crise, momentos esses em que há um maior anseio em participar. Podemos destacar os dois marcos principais que significaram uma ampliação em sua atuação: a greve de outubro de 1972 e as ações de mobilização contra o Tanquetazo até o Golpe militar no dia 11 de setembro de 1973. Esses períodos foram também os de maior envolvimento de todos os movimentos sociais para demonstrar força aos setores de direita e assegurar a continuidade do governo.

Nestes períodos de crise, existiu um protagonismo demonstrado na vontade de atuar dentro das indústrias, nas relações de cooperação estabelecidas entre trabalhadores e *pobladores*, no controle da produção, no processo de inovações tecnológicas, nos comitês de vigilância, na troca e na venda de produtos entre as próprias empresas e diretamente à população para defender ao governo. Ou seja, os processos de crise demonstraram um protagonismo popular na condução do processo produtivo e no atuar cotidianamente não como observador, mas como sujeito principal em defesa do governo e não contra ou a margem dele.

No caso dos Cordones, alguns fatores contribuíram para a continuidade das ações dos trabalhadores, embora em menor intensidade, entre os períodos de novembro de 1972 e junho de 1973: as discussões políticas sobre os rumos do governo, as ocupações de novas indústrias, a constante discussão dos limites e desafios da APS (esta era sem dúvida a principal pauta do governo e da oposição e estava diretamente relacionado à indústria), as ações de distribuição dos produtos a população uma vez que a política de mercado negro continuava, à discussão de melhorias internas nas fábricas, à organização das JAP's.

Inicialmente, Salvador Allende criticou em carta pública a postura dos Cordones Industriales e Comandos Comunales. Reafirmou que eles deveriam se organizar em conjunto com as entidades historicamente constituídas nas diversas áreas do movimento social e em conjunto com os instrumentos criados pelo governo. Entretanto, pela crescente mobilização e polarização política, o governo procurou dialogar com os Cordones e, no dia 30 de janeiro, o próprio presidente Allende se reuniu com dirigentes para buscar um entendimento, principalmente relacionado à política de ocupação de indústrias. Allende afirmou sua admiração pelos Cordones Industriales, mas criticou algumas de suas ações, declarando



que seu governo estava “*al servicio del país y de todo el pueblo y no de un sector determinado*”.<sup>16</sup>

Em 1º de fevereiro de 1973, é divulgada no jornal Tarea Urgente, a Plataforma de luta dos Cordones Industriales com as principais bandeiras e orientações para os trabalhadores das diversas indústrias que compunham o movimento. Algumas delas se colocavam contra as orientações do governo, o que gerou tensão com presidente Allende e com militantes comunistas e radicais:

“1) la lucha por el paso al área social, a manos de los trabajadores de todas las empresas que tengan que ver con la fabricación de productos de primera necesidad, alimentos y de las industrias de materiales de construcción; 2) la lucha por la expropiación inmediata de las grandes distribuidoras privadas; 3) la expropiación de todos los fundos mayores de 40 has. de riego básico; 4) construir el control obrero de la producción en el sector privado y el control popular de la distribución. Los trabajadores participan en la decisión de lo que se produce para el pueblo: qué se hace con las ganancias y donde van a parar los alimentos. Para ello llamamos a la constitución inmediata de los comités de vigilancia obrera en todas las industrias privadas; 5) que no se devuelva ninguna industria que este en manos de los trabajadores y retiro inmediato del proyecto Millas;<sup>17</sup> 6) distribución directa de la canasta popular al pueblo por los Almacenes Populares. Para ello debe formarse una sola distribuidora estatal; 7) la formación de una comisión bipartita, Gobierno-Pueblo que tenga a su cargo la planificación, ejecución y control del abastecimiento; 8) poder de sanción para las JAP y los Comandos Comunales que se controle lo que se reparte a los comerciantes y se castigue a los que no venden, acaparen y especulen. No más cuotas de alimentos para estos ladrones, cierre de sus negocios y venta directa a los pobladores. Los obreros de los cordones industriales se movilizarán para hacer efectivo ese poder. 9) trabajo estable y seguro para los trabajadores de la construcción; 10) creación de la empresa estatal de la construcción que lleve a un sistema único de planificación de las adquisiciones aprovisionamiento y maquinarias; 11) la defensa de los medios de comunicación que apoyan la lucha revolucionaria de los organismos de poder de los obreros, pobladores y campesinos; 12) llamamos a todos los trabajadores a constituir los Comandos Industriales por Cordon y Comando Comunales,

---

<sup>16</sup> Presidencia de la República: Declaración sobre el proyecto relativo al Área de Propiedad Social ante dirigentes de los Cordones Industriales de Santiago, 31 de enero de 1973. IN: FRIAS, op.cit., p. 3944.

<sup>17</sup> O Plano econômico do governo aprovado no início de 1973 ficou conhecido como Plano Millas-Prats em referência ao ministro da economia Orlando Millas e General Carlos Prats. Em linhas gerais plano propunha ajustes na política macroeconômica do governo, aumento e controle substancial da produção nas indústrias, maior disciplina no trabalho e maior controle do interventor para atingir as metas estabelecidas pelo governo. Ele também reestruturava a área social e propunha a devolução das empresas requisitadas durante a greve de outubro que não estavam entre as prioridades estratégicas do governo.

como única manera de que la clase disponga de un organismo de acción eficaz, capaz de movilizarla y plantearle nuevas tareas.”

Ao final da plataforma, o texto explicita que, somente com a participação dos trabalhadores nas tarefas do governo é que se poderia de fato conquistar a vitória contra o poder burguês e, ainda, acabar com o burocratismo, ineficiência e administração reformista de alguns partidários da UP. Entretanto, o texto não explicita como seria essa a participação na esfera governamental, uma vez que sindicalistas já atuavam em ministérios e órgãos do estado. Parece, portanto, mais uma retórica que propriamente uma proposta concreta de ação.

Em julho de 1973, após a primeira tentativa de golpe militar, PS e PC se reúnem para discutir pontos convergentes sobre a organização dos Cordones Industriales para diminuir as tensões existentes entre os dois principais partidos da UP e sua militância. Segundo o acordo, nos Cordones deveriam reunir todos os sindicatos do setor correspondente, ter uma direção democrática e estar sob direção da CUT. Também não poderiam ser nem paralelos e nem contrários ao governo popular. Apesar desta tentativa de estabelecer um acordo entre as duas partes, na prática a tensão cotidiana não diminuiu, inclusive nos momentos que precederam o golpe militar no dia 11 de setembro de 1973.

Deste modo, concluímos que os Cordones Industriales se organizam como uma experiência de solidariedade de classe com a própria classe e com o governo popular, em um momento radicalizado da política chilena. Neste sentido, mais que uma ruptura com a cultura sindical chilena, parece-nos um espaço de disputa pelo sistema de representação. Tanto que, mais do que propor mudanças de fundo, os Cordones passaram a reivindicar a responsabilidade pela implementação das normas de participação e de direção operária na área de propriedade social, já que afirmavam que eram os “verdadeiros” representantes que detinham o controle territorial e político dos setores industriais.

Se, para alguns atores políticos o Cordón poderia significar o desenvolvimento de um processo revolucionário que poderia levar, por exemplo, à instituição do poder popular ou da assembléia do povo, na prática, sua essência não se desvinculou da defesa do processo chileno, por mais que seus líderes criticassem as posturas do governo e professassem uma revolução de tipo distinto da UP.

Bibliografia:

- AGGIO, Alberto. *Democracia e Socialismo: a experiência chilena*. São Paulo:Unesp,1993
- ALTAMIRANO, Carlos.*Dialética de uma Derrota*. Chile 1970-1973. São Paulo: Brasiliense,1979.
- ANGELL, Alan. *Partidos políticos y movimiento obrero en Chile*. México: Era,1974.
- BALTRA, Mireya. *La participación de los trabajadores en el gobierno popular del presidente Salvador Allende*. IN: Salvador Allende. Presencia en la ausencia. Santiago: LOM,2008, pgs. 249-265
- DEBRAY, Régis. *Conversación con Allende*.México: Siglo XXI,1973.
- FAUNDEZ, Julio. *A derrota política: O Chile sob o governo Allende*; Oxford,1979.  
 \_\_\_\_\_ . *Izquierdas y Democracia en Chile, 1932-1973*. Santiago: BAT, 1992.
- FLORES, Jorge. *Los trabajadores y la nueva legalidad 1924-1973*. IN: Sociedad, Trabajo y Neoliberalismo. Apuntes de las Escuelas de Formación sindical. Santiago: ICAL,2004, pgs 91 - 179
- GAUDICHAUD, Franck. *Poder Popular y Cordones Industriales. Testemonios sobre el movimiento popular urbano,1970-1973*.Santiago:LOM,2004.
- ILLANES, Maria Angélica. *La batalla de la memoria*. Santiago: Ed. Planeta, abril 2002.
- LEIVA,Sebastian. *El MIR y los Comandos Comunales: poder popular y unificación de la movilización social*, Sítio cyberhumanitatis.uchile.cl,2003.
- MOULIAN,Tomás. *Fracturas. De Pedro Aguirre Cerda a Salvador Allende 1938-1973*. Santiago:Lom,2006.  
 \_\_\_\_\_ . *La via chilena al socialismo: Itinerário de las crisis de los discursos estratégicos de la Unidad Popular*. IN: Cuando hicimos historia. La experiencia de la Unidad Popular. Santiago: LOM, 2005, pgs 35-56.
- NARANJO, Pedro (orgs.). *Miguel Enríquez y el proyecto revolucionario em Chile: Discursos y documentos del Movimiento de Izquierda Revolucionaria – MIR*. Santiago: LOM, 2004.
- PIZARRO, Crisostomo. *La huelga obrera en Chile 1890-1970*. Santiago: Sur,1986.
- SAMIEGO,Augusto. *Octubre al rojo : fulgor y agonía de « la unidad de los Trabajadores*. IN: Contribuciones Científicas y Tecnológicas, área Ciências Sociais, n. 130,abril2002.
- SADER,Eder. *Cordón Cerrillos et Povoír Preletaire au Chili en 1972*. IN: Les temps Modernes, n. 347, junio,1975.

TRANCOSO,Hugo Cancino. *Chile: la problemática del Poder Popular en el proceso de la via chilena al socialismo – 1970-1973*. Ed. AARHUS,University Press,1988

ZAPATA, Francisco. *Las relaciones entre el movimiento obrero y el gobierno de Salvador Allende*. México: Centro de Estudios Sociológicos, 1976.

Entrevistas citadas:

- Aldo Aguillar, militante do MIR e trabalhador do Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada dia 4 de novembro de 2009.

- Hugo Valenzuela,militante do PS e trabalhador da empresa Sumar, Cordón San Joaquin. Entrevista realizada 24 de setembro de 2009.

- José Moya Paiva, militante do MIR e operário da empresa IRT, Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada em 14 de outubro de 2009.

- Mário Olivares Rios, militante do MIR e trabalhador da empresa Histon Chile, Cordón Vicuña Mackenna. Entrevista realizada em 10 de novembro de 2009.

- Patrício Palma era filiado ao Partido Comunista e diretor do Departamento de Industria e Comércio do Ministério da Economia. Entrevista realizada em 11 de novembro de 2009.